

Synocismo:

Controle político através da unificação geográfica da Ática

Maria Regina Candido

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Através da historiografia francesa, podemos perceber que Pierre Vidal-Naquet, no livro *Economies et Sociétés em Grece Ancienne*, analisa o período de Sólon com ênfase no processo de colonização visando estabelecer entreposto comercial/*emporion* no norte da Síria na região de Al Mina e no Egito com a polis de Naukratis, regiões identificadas como lugar de trocas comerciais para assegurar a importação de cereais, metais e produtos agrícolas. Segundo, Vidal-Naquet, no período do VI século a. C., a crise agrária despertou nos atenienses uma maior atenção em relação aos problemas com o abastecimento de alimentos. Sólon interdita a exportação de qualquer produto agrícola ateniense com exceção de vinho e óleo, buscando assegurar o controle das rotas pelo Mar Negro¹.

Em relação à crise econômica do período arcaico, a questão está relacionada à distribuição desigual da terra que gerou o descontentamento e reivindicações de parte dos integrantes das *poleis*. Várias regiões da Grécia foram vitima de superpovoamento devido à queda no índice de mortalidade. O fato resultou na insuficiência de produção da terra associada à prática de divisão da terra do pequeno proprietário aos herdeiros, reduzindo o espaço de cultivo levando-o à prática da agricultura de subsistência², ou seja, a terra não produzia excedentes necessários para efetuar as trocas comerciais, ofertar aos deuses e promover o dote para casar a filha.

O autor demarca que o único caso de crise agrária do período arcaico que chegou até a atualidade foi o de Atenas, cujo elemento essencial foi a existência dos *hectémoroi*, grupo de atenienses propenso a se tornar escravos por

¹ Pierre, VIDAL-NAQUET. et alli. *Economies et Sociétés em Grece Ancienne*. Paris: Armand Colin, 2007, p.88.

² Ibidem, p.74.

dividas devido ao débito com os *aristhoi*. A solução de Sólon reflete a ideia de comunidade, a reforma atingia unicamente os atenienses, excluindo os estrangeiros, escravos e outros, o retorno dos *hectémoroi* a suas terras tornou-os pequenos proprietários livres e os demais se tornaram artesãos ceramistas³.

A explicação do autor pouco esclarece a formação dos *hectémoroi* e também não menciona sobre os *hóroi*, os demarcadores da dívida, e não menciona sobre a negociação de Sólon em relação às mudanças sobre os pesos e as medidas. A explicação fica em nível das estruturas, fato que dificulta a compreensão da conjuntura sociopolítica conflituosa de Atenas no período arcaico.

A pesquisadora Claude Mosse no artigo *Comment s'élabore un mythe politique: Solon, père fondateur de La démocratie athénienne*, publicado na *Revista dos Annales* (mai-juin, 1979) nos esclarece como se elaborou, a partir do V século, a imagem de Sólon como fundador da democracia ateniense. A autora acrescenta que as leis promulgadas por Sólon foram constantemente evocadas pelos oradores áticos junto à política de Atenas no século IV a. C. visando recriar a imagem do legislador como pai fundador da democracia⁴. Claude Mosse constrói as suas reflexões políticas em diálogo e em homenagem às considerações de Moses Finley, presente na publicação *The use and abuse of history* (1975).

A afirmação da autora nos leva ao questionamento sobre o período em que podemos identificar o estabelecimento da democracia: a partir de Sólon ou de Clístenes? Segundo a autora, a imagem de Clístenes como fundador da democracia ateniense não pertence ao IV século a. C., nesse período ele foi considerado como restaurador do regime político estabelecido por Sólon (ISOCRATES, *Aeropagítico*, 16). Aristóteles acredita que Clístenes não hesitou em acrescer o número de cidadãos junto a sua *hetaireia*, sendo considerado o responsável pela degradação da democracia dos ancestrais estabelecida por Sólon (ARISTÓTELES, *Política*, 1275b35).

³ Ibidem, p.90.

⁴ Claude, MOSSE. Le Mythe de Solon et La démocratie athénienne. In: *Annales: Économies, Société, Civilisations* (34^o année, Mai-Juin 1979). Paris: Armand Colin, 1979. p.425.

Claude Mosse, no início do seu artigo, sugere-nos que o conflito que opôs *demoi* e aristocracia provem de uma situação social grave relacionada à terra. De acordo com a poesia de Sólon, parte da terra ática seria demarcada com os *hóroi* que indicavam serem aquelas terras e seus habitantes submetidos à servidão, ou seja, a escravidão por dívida. A outra parte da terra havia sido incorporada ao patrimônio dos *aristhoi* pelo fato de seus habitantes, ameaçados pela escravidão devido à dívida contraída, terem optado por escapar à servidão, deixando a terra e seguindo para o exílio⁵. Sólon, eleito arconte, arbitrou o conflito entre os pobres/*penetés* e os ricos/*plousoi*. Os termos de identificação eram aplicados no século IV a. C., no período arcaico, em que os pobres seriam os *hectemoroí* qualificados como camponeses dependentes das terras dos ricos proprietários e obrigados ao pagamento de uma taxa de aluguel da terra – o problema da *seisachteia*. Fato que levou Sólon a retirar os marcos/*-hóroi* e abolir as dívidas/*chreon apokope*⁶.

No texto, a autora argumenta que Sólon teria colocado fim a possibilidade de *stasis* ao promulgar as leis para os *aristhoi* e os não-*aristhoi* visando trazer ambos ao consenso. Ao redigir a lei, percebe-se a presença dos termos *themis* (leis dos ancestrais), *diké* (justiça dos homens e escrita em código de lei) e a *politeia* (definida como um conjunto de leis que visava restabelecer a constituição dos ancestrais, ou seja, a *themis*)⁷. O retorno às leis dos ancestrais deixa transparecer que Sólon não buscou inovações, e sim restabeleceu uma ordem política e social que, segundo a autora, havia sido estabelecida em período anterior a *stasis*.

Claude Mossé reconhece que a ação de Sólon permitiu a liberação dos *hóroi*, retornando parte dos atenienses para as atividades da agricultura de poucos rendimentos – a agricultura de subsistência. Entretanto, a recusa do legislador em realizar a divisão das terras áticas entre os indivíduos sem terras promoveu o acréscimo do número de *thetas*, ou seja, homens livres que não pertenciam à aristocracia e não eram proprietário de terra, constituindo uma

⁵ Ibidem, p.426.

⁶ Idem.

⁷ Ibidem, p.427.

considerável mão de obra livre a ser direcionada para outras atividades de trabalho como oleiro e artesão⁸. Diante dos poucos recursos adquiridos com o trabalho alternativo (tais como a agricultura e o pastoreio), os *thetai* do período arcaico não participavam da defesa da polis devido a sua incapacidade de custear os seus armamentos, como o faziam os integrantes da *falange* dos *hoplitai*.

O estabelecimento das classes censitárias ratifica a existência de uma hierarquia que definia a participação política de acordo com os rendimentos e riqueza. Entretanto, a questão não suscita dúvidas em relação aos *hippeis* e aos *zeugitas* que integram o censo soloniano, ambos pertencem à categoria guerreira cuja responsabilidade seria a defesa da polis cuja diferença está na posse ou não de cavalos. Entretanto, Tucídides (I, 2-6) ao afirmar que em períodos remotos a região da Ática, por pobreza de sua terra, foi habitada sempre pelos mesmos homens e sem ser afetada por perturbações como as demais cidades que aumentaram a sua população e por causa da migração resultando em expulsões e guerra pela disputa pela terra. Mas tem aqueles atraídos pelas medidas de Sólon cujos descendentes foram resultados de casamentos mistos, pois os filhos de mães estrangeiras ainda não estavam excluídos da cidadania, tendo em vista, que a proporção de migrantes era pequena no VI séc. a. C., pois Sólon regulariza e integra o migrante de posse no grupo censitário identificado como *pentacossiomedina*: consideramos que o termo requer a necessidade de análise e esclarecimentos.

O tema sobre a falange dos hoplitai foi debatido por M. Detienne no artigo *La Phalange: Problèmes et controverse* no livro de Jean- Pierre Vernant intitulado *Problemes se La guerre em Grece ancienne* (1968), no qual o autor destaca o novo tipo de armamento de combate adotado no século VII a. C. composto de elmo, armadura de bronze, panóplia e na mão esquerda tem um escudo redondo com dupla alça interna e na mão direita porta uma longa lança, equipamento que detém um custo pago através da rendimento agrário. Para Vernant, a formação da falange hoplítica interferiu na estrutura política da polis ao promover a ruptura revolucionária da participação da aristocracia

⁸ Ibidem, p.429

guerreira tradicional, cuja atividade se condensa na luta individual. A nova formação de combate se opõe a essa forma de luta por propor uma ação coletiva e não de feitos heroicos individuais, mas do grupo de homens submetidos à mesma disciplina de ordem, combatendo o inimigo em conjunto formando um só corpo⁹.

A abordagem de M. Detienne não permite identificar quem seriam estes cidadãos que compõem a *falange* dos *hoplitai*, fato que nos aproxima do artigo de Pierre Vidal-Naquet intitulado *La tradition de l'hoplite athenien* na qual nos informa que estes seriam homens com direito de cidade pelo fato de terem passado pelo processo de inscrição no *registro do demos/lexiarchicon grammateion* com a idade de dezesseis a dezoito anos. Esse registro estava presente em todos os *demos* e tinha por objetivo identificar o futuro cidadão que prestou o juramento no *Ritual da Efebria* de jamais abandonar o companheiro de armas, defender com a vida o solo sagrado dos ancestrais, obedecer aos magistrados e as leis da polis.

Para Kurt Raaflaub, a *falange* dos *hoplitai* tem as suas raízes embrionárias em Homero, porém o seu processo de desenvolvimento se materializa no VII século no qual foi marcante o seu impacto, coesão e união dos guerreiros que formavam um bloco de ataque e defesa. A *falange* dos *hoplitai* lutava de forma estritamente coordenada e disciplinar, unidos ombro a ombro, escudo a escudo¹⁰.

O processo de instauração da falange dos hoplitai não constituiu uma revolução política e social¹¹, a “republica” dos hoplitas nos aponta para diversas possibilidades de reflexão, a saber:

1. A falange era essencialmente comunitária, dependia da cooperação e do principio igualitário, ou seja, a elite e o segmento social emergente lutavam lado a lado em defesa do mesmo espaço territorial – a polis.

⁹ Marcel, DETIENNE. *La Phalange: Problèmes et controverse*. In. Jean-Pierre, VERNANT. *Problèmes de La guerre em Grece ancienne*. Paris: Ed. École dès Hautes Études en Sciences Sociales, 1968.p.167.

¹⁰ Kurt, RAAFLAUB. *Origins of Democracy in Ancient Greece*. Berkeley: University California Press, 2007.p.35.

¹¹ Ibidem, p..36.

Os integrantes da falange tiveram que aprender a confiar uns nos outros para a efetiva ação em conjunto. O sentimento de comunidade deixa de ser pelo prestígio, nascimento, nome de família e demais distinções individuais.

2. A luta dos hoplitas não passava pela aristocracia intitulada *aristeiai*, ou seja, os integrantes das famílias jônias dos quais emergiram o imaginário social da figura dos heróis fundadores. Heróis como Aquiles, Ajax, Pátroclos entre outros heróis gregos que alcançaram o prestígio devido às vitórias em combates individuais cantados nos poemas épicos. Nessa nova configuração, a vitória cabia ao coletivo no qual todos os hoplitas tinham a possibilidade de serem reconhecidos como os melhores, ou seja, como *aristhoi* e a *arete*, excelência do guerreiro individual, passou a ser estendido à república dos hoplitas.
3. Cabia à comunidade poliade supervisionar o processo de treinamento dos hoplitas que se iniciava com o jovem através do Ritual da Efebria. Acrescentamos a prerrogativa de decidir quando e onde deveria se desenrolar o combate. Embora a luta da aristocracia guerreira associada às incursões de caráter privado contra regiões vizinhas ainda ocorressem, não podemos deixar de considerar que a *falange* dos *hoplitai* formava a principal força guerreira das polis gregas a partir do período arcaico.

O embate dos *hoplitas* no período arcaico estava, de certa forma, condicionado ao crescimento populacional do VIII e VII a. C. Esse fato fomentou a luta entre regiões devida à escassez de terra, a emergência do conceito de territorialidade e a necessidade de delimitar e fixar fronteiras terrestres. Em período de paz, a busca de prestígio e glória do guerreiro adquirida em combate individual materializou-se na competitividade dos jogos olímpicos com as suas diversas modalidades de luta e disputa. Tal constatação permite aos helenistas especularem que os *aristhoi*, integrantes das famílias eminentes, buscaram nas atividades esportivas a configuração do ideal heroico composto pela *arete*, *geras* atributos que se desenvolvem sincronicamente e em paralelo ao conceito de igualitarismo da *falange* dos *hoplitai*¹².

¹² Idem.

O *lexiarchicon grammateion* qualifica-se como registro dos hoplitas, pois tinha como função informar ao *demos* os cidadãos capacitados de promover o próprio equipamento, portar suas armas, integrar o regimento de infantaria pesada e promover o ataque/defesa da polis¹³. Logo, eles pertencem à terceira classe da hierarquia soloniana, os *zeugitas* e formam a armada de pequenos proprietários que o autor denomina de *república dos hoplitai* composta por cidadãos-camponeses-soldados que detêm capacidade de pagar por seus equipamentos de combate. Os integrantes da “república” dos *hoplitai* se identificam com os valores e preceitos defendidos pela aristocracia guerreira, porque eles buscam ser os melhores dos guerreiros em combate em conjunto.

O questionamento que transita pelo nosso debate se configura na ausência de informação de inscrição no *lexiarchicon grammateion* sobre o segmento social dos *thetas* que atuavam na frota naval ateniense. Nicole Loraux defende que os obituários seguiam o modelo de catálogo *hoplítico*, porém a democracia não negaria ao cidadão de plenos direitos a honra de partilhar a sepultura dos *athenaion hoide apethanon/* entre os atenienses mortos¹⁴. Os *thetas* que atuavam na frota naval ateniense faziam parte das inscrições do *Athénaioi*. Vidal-Naquet concentra a sua atenção na formação do soldado hoplita, porém afirma que nada nos permite concluir que os *thetas* eram excluídos da lista de combatentes mortos na guerra¹⁵.

Em sequência à nossa pesquisa, percebemos a escassez de dados referentes à atuação política do segmento social *thetas* na frota naval ateniense a partir da historiografia francesa. A resposta às indagações formuladas nessa pesquisa nos aproximou da abordagem realizada pelo o que denominamos de nova historiografia anglo-americana que prioriza apreender as ações políticas de um determinado segmento social e a identificar o lugar de onde tais ações políticas se elaboram.

¹³ Marcel, DETIENNE. *La Phalange: Problèmes et controverse*. In. Jean-Pierre, VERNANT. *Problèmes de La guerre em Grece ancienne*. Paris: Ed. École dès Hautes Études en Sciences Sociales, 1968.p.220.

¹⁴ Nicole, LORAUX. *Invenção de Atenas*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.p.54.

¹⁵ Pierre, VIDAL-NAQUET. et alli. *Economies et Sociétés em Grece Ancienne*. Paris: Armand Colin, 2007.p.219.

As duas tradições historiográficas mantêm uma relação de diálogo entre Moses Finley e Claude Mossé ao defenderem que a ação política se elabora em lugares fora dos quadros institucionais. Antes de entrarmos nessas considerações sobre a ação política dos *thetas* analisadas a partir de historiografia anglo-americana, podemos revisitar a formação da historiografia francesa da qual grande parte dos pesquisadores brasileiros somos sectários.

Ao abordamos o político como lugar do poder, temos que admitir que tal perspectiva advinda do século XIX com *Griechische Staatskunde* que analisa o político a partir das instituições cívicas gregas. Tal perspectiva foi renovada através da equipe liderada por Mogens H. Hansen no *Copenhagen Polis Center*. Atribui uma relativa autonomia das instituições em relação à esfera religiosa e se afasta das considerações de Fustel de Coulanges na obra *La Cité Antique* (1864). A equipe de Mogens H. Hansen elaborou um inventário de todas as cidades-estados conhecidas do mundo grego, ação que resultou na publicação do *Inventory of Archaic and Classical Poleis* (2004).

Outra possibilidade de abordagem do político está em apreendê-lo como inserido/ *embedded* no universo social grego. Nessa perspectiva, as duas tradições historiográficas mantêm uma relação de proximidade na figura Moses Finley e Claude Mossé ao defenderem que a ação políticas se elabora em lugares fora dos quadros institucionais com os quais interagem visando fornecer uma forma legal para as relações de forças existentes na sociedade¹⁶. Vidal-Naquet insere o conceito de *instrumental político* ao qual define como ação dos gregos para a maioria dos gregos, os direitos políticos constituem-se como um instrumental de ação pelo fato de ser um meio para se atingir um fim¹⁷.

Claude Mossé ratifica o conceito de *instrumental político* ao trazer ao debate o jogo das relações de clientelismo no funcionamento da vida pública no qual as assistências socioeconômicas da elite política permitem esclarecer as estruturas de dominação que condicionam a vida política da democracia ateniense. Tal perspectiva, vai de encontro ao grupo de Morgen H. Hansen ao defender a fragilidade das demais instituições sociais e por trazer o exercício de

¹⁶ Ibidem, p.272.

¹⁷ Ibidem, p.275.

poder relacionado a interesses que lhes são estranhos. Por outro lado, Morgen H. Hansen esvazia as práticas sociais e as relações de sociabilidade presentes nos grupos definidos pelas *fratrias* na definição da cidadania, nas associações de cultos domésticos, na definição dos status social da aristocracia, na relação de *philia* entre os grupos de *aristhoi* que compõe as *hetaireiai*, nas ações que no conjunto excedem a dimensão institucional.

A abordagem que relaciona o político ao viés antropológico tende a identificar as ações políticas através das interações sociais inseridas não no conjunto da comunidade cívica, tese defendida por Louis Gernet, Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet. O que demarca o grupo está na elaboração da *antropologia do político* em relação a outros domínios de atividades como a esfera religiosa, a educacional e a ritualização da sociedade inserida na documentação alternativa ao texto impresso, ou seja, o uso das imagens como suporte de informação. A perspectiva antropológica dialoga com Max Weber e Emile Durkheim e defende que a abordagem das instituições políticas gregas somente permite serem compreendidas em relação ao conjunto das interações sociais. O grupo retoma as abordagens de Fustel de Coulanges ao trazer as considerações da proeminência do religioso sobre o político, fato que resultou em inúmeros trabalhos classificados como político-religioso.

A renovação da abordagem política na historiografia francesa nos remete a Nicole Loraux ao inserir em suas análises a perspectiva antropológica do político afastada dos aspectos ritualísticas pelo fato de imobilizar o tempo cívico que nos remete a generalização de etapas, interação entre status sociais opostos e a tradição historiográfica de práticas sociais em tornos de sacrifícios, guerra e casamento. A autora revisita a tradição institucional associada à abordagem antropológica que a permite construir o imaginário social da polis dos atenienses, no qual a sociedade se constrói através do discurso como uma comunidade poliade visando minimizar o conflito ao evidenciar as *stasis* entre os segmentos sociais através do embate político, recuos e negociação na polis dos atenienses.

A partir dessas perspectivas, nos aproximamos da tendência historiográfica anglo-americana que define o espaço jurídico afastado do

modelo de imposição normativa, mas como um espaço construído através da negociação. As normas passam a ser pensadas como o resultado de uma série de convenções provisórias que visam assegurar a coesão na polis dos atenienses. A *polis* de Atenas fabrica lugares, ou seja, forja lugares comuns a todos nos quais se estabelecem as mediações visando minimizar as tensões existentes entre os diferentes segmentos sociais que circulam e interagem na sociedade formando a chamada democracia dos atenienses. Os pesquisadores Vincent Azoulay e Paulin Ismard no artigo *Les lieux Du politique dans l'Athènes classique* propõe o estabelecimento do diálogo entre as duas tradições historiográficas através da proximidade de Josiah Ober e Nicole Loraux que questionam se o conflito social seria um sintoma de doença de uma sociedade ou a ação conflituosa tornara-se um fenômeno necessária para manter o equilíbrio político constantemente ameaçado. Estabelecendo uma leitura atenta das duas vertentes historiográficas, verificamos que por vezes elas tornam-se complementares. Como exemplo, vamos explicitar a abordagem sobre a *seisachtéia* empreendida por Sólon no período em que se tornou legislador de Atenas e associada à ação de Clístenes.

A Reforma Territorial de Clístenes nos permite revisitar o debate em torno do processo de unificação geográfica da Ática no qual podemos cotejar indícios da formação do segmento social de poucos recursos, os *thetai* e parte da população identificada como não integrantes das *phratrias* dos atenienses assim como abordar, de forma breve, o estado atual da questão sobre o *sinoecismo* ático.

O tema tem sido também objeto de análise e crítica realizada por Stuart Dawson ao considerar inadequado atribuir a existência de *sinoecismo* ático no período arcaico. O autor considera que não houve a consolidação da unificação do território ático até o final da tirania de Pisístrato e que à discussão sobre o tema está interligada a construção tardia da narrativa mítica de Teseu como herói grego a percorrer o território ático promovendo a unificação¹⁸. Victor Ehrenberg considera que o processo de unificação da Ática tornou-se um tema de difícil explicação diante da ausência de uniformidade entre as tribos jônicas e dóricas como nos revela as suas respectivas

¹⁸ Stuart, DAWSON. *Rethinking Athenian Democracy*. Melbourne: Australia, 2006.p.12.

denominação, tal fato leva o autor a considerar que o processo ocorreu a partir do *sinoecismo* atribuído ao herói mítico Theseu¹⁹.

O processo de formação do território ático detém dialogo como temo Dark Age, período de ausência de documentação textual e escassez de informação arqueológica. Para Carol Thomas e Craig Conant no livro *Citadel to City-State: The Transformation of Greece, 1200-700 B.C.E.*, o termo *Dark Age* se refere ao final da realeza micênica até o período da adoção do alfabeto. Entretanto, Paul Cartledge no *Ancient Greece: A History in Eleven* define a aplicação do termo para o período entre o IX e o VII a. C., o autor justifica que o termo *dark* não está relacionado à ausência da escrita entre os gregos, mas à escassez de assentamento, à dificuldade em localizar as pequenas aglomerações populacionais empobrecidas que estavam dispersas no amplo espaço geográfico grego²⁰.

Para John van Antwerp-Fine, parte dos *scholars* consideram que o território ático foi alvo de um processo de integração a partir do período micênico. As evidencias se pautam na inserção de *basileus* e famílias nobres de diferentes regiões da Ática, admitidos como integrantes do conselho real. O autor considera ser esse o início do status de mobilidade dos bens nascidos considerados de eupátridas (PLUTARCO, *Vida de Teseu*, 25). Neste período, pode estar em embate a busca da hegemonia entre os jônios com Theseu e os dórios com Hércules, seguido da incorporação da região de Eleusis no século VI a. C. com a divindade Demeter e Perséfone²¹. Como conjecturamos a partir de Frederick Elliot Winter, a integração da ática assim como da região de Eleusis ocorreu através do *sinoecismo* cujo período é questionável. Pode ter ocorrido no período da realeza micênica, assim como no VIII a. C., o fato é que outras regiões do território ático foram agregadas formando uma região comum no qual Atenas tornou-se o centro do poder.

¹⁹ Victor, EHRENBERG. *From Solon to Socrates*. New York: Routledge, 2011.p.41.

²⁰ Paul, CARTLEDGE. *Ancient Greece: A History in Eleven Cities*. Oxford: Oxford University Press, 2009.p.30.

²¹ John Van, ANTWERP-FINE. *The Ancient Greek. A critical History*. New York: Harvard, 1985.p.175.

A unificação da ática foi citada na *Iliada* (II, 546) e descrita por Tucídides (II, 15.1) ao relatar que, originalmente, a Ática estava dividida em diversas *poleis* e Theseu encerrou as atividades das *prytaneia* e *bouleteria* locais assim com as magistraturas, centralizando-as na polis de Atenas. Para Morgen Hansen, Theseu e a narrativa da unificação da Ática tornaram-se o único exemplo narrado de *sinoecismo* que não foi acompanhado de transferência e realocação da população²². John van Antwerp-Fine já afirmava que a grande maioria dos habitantes permaneceu em suas comunidades de nascimento e tal fato deveria ser denominado de *sympoliteial* junto a polis e não *sinoecismo*²³. Consideramos que termo deixa transparecer que foi aplicado para designar o ato de quatro regiões terem sido reunidas para viverem juntos, ou seja, formando uma Tetrapoleis (Maratona, Tricorintos, Oinoe e Probalinthos).

Entretanto, Morgen Herman Hansen nos alerta que os documentos antigos como Isocrates (X, 35), Diodoro da Sicília (IV, 61,8), Plutarco (*Vida de Teseu*, 24) que relatam sobre o tema nos apontam para o termo *sinoecismo* que se materializou no *Ritual da Synoikia*²⁴. O ritual indica a disposição dos habitantes da Ática de construir o *imaginário social* no sentido de viver juntos/*synoikein* (*syn*/juntos *oikein/oikos*/morada) já em processo desde o período do Dark Age²⁵. Entretanto, devemos reconhecer a dificuldade em comprovar o processo de unificação tanto física quanto cultural, pois as evidências arqueológicas não fornecem suportes necessários para a confirmação do processo de aglomeração das *poleis* ática. Considerando as informações textuais, a Ática foi unificada no período da realeza micênica, seguida de um colapso na Idade do Bronze, porém no Protogeométrico tardio, 950 a 800 a. C., Atenas configura-se como centro de poder administrativo.

Hans van Wees considera que a historiografia ortodoxa analisa a sociedade grega a partir da realeza palaciana de onde estabelece a relação de

²² Mogens Herman, HANSEN. *An Inventory of Archaic and Classical poleis*. Oxford: Oxford University Press, 2004.p.624.

²³ John Van, ANTWERP-FINE. *The Ancient Greek. A critical History*. New York: Harvard, 1985.p.125.

²⁴ Mogens Herman, HANSEN. *An Inventory of Archaic and Classical poleis*. Oxford: Oxford University Press, 2004.p.625.

²⁵ Robert, PARKER. *Athenian Religion: a history*. New York: Clarendon Press, 1997.p.13.

parentesco formando uma estrutura tribo ou *fratria* ou clã. O autor aponta como matriz dessa abordagem a poesia épica e a tradição oral ao construir o *imaginário social* a partir dos heróis e mitos que ultrapassam as ações humanas. Robert Parker indica que essa vertente tem por principio a formação da polis a partir da reunião de indivíduos e seus dependentes consanguíneos, mas , há também os não consanguíneos. Parker acrescenta que a população da Ática era distribuída em quatro tribos/*phylai* cujos nomes indicam a descendência da comunidade jônia oriunda de Mileto, Efesus e Samos. As *phylai* não seriam unidades independentes, mas uma subdivisão inserida em um grande grupo compostos de unidade de famílias que interagiram na ação militar e religiosa formando a comunidade poliades²⁶.

Denis Roussel na obra *Tribu et Cité* considera que os *genoi* atenienses eram formados por grupos de eupátridas, ou seja, da aristocracia que desde o período de Draco vinha sendo pressionada por outros segmentos sociais denominado pelo autor de “*genus plebeus*”²⁷. Esses buscavam adquirir um *lugar de fala* junto à *phratria* ao lado dos eupátridas e no período clássico eram identificados pelo nome da profissão que exerciam na polis.

A identificação desse segmento social torna-se necessário para seguirmos a identificação da formação do quarto segmento social da classe censitária instituída por Sólon e que será à base de apoio de Clístenes, Themistocles e Péricles. O autor afirma que esse segmento social estava organizado, até ao VI século, de acordo com o esquema descrito por Aristóteles na *Constituição de Atenas* e o *genos* seria uma organização fechada cuja participação era exclusiva dos *gennetes*, ou seja, estava vedada aos estrangeiros e não eupátridas. No final do século VI, grande parte da população ateniense estaria fora das instituições tradicionais. Os atenienses não *gennetes* e inseridos na *phratria* de Clístenes eram os descendentes de estrangeiros e libertos de períodos precedentes²⁸.

²⁶ Ibidem, p.17.

²⁷ Denis, ROUSSEL. *Tribus et Cité*. Paris: Université de Besançon, 1976.p.78.

²⁸ Ibidem, p.80.

Em relação à organização sócio-política, os atenienses visavam responder a uma exigência de uma comunidade em processo de diversificação de atividades e participação. Aristoteles define os 360 *genoi* formados a partir de trinta homens adultos, fato que nos remete a formação de defesa dos dez mil e oitocentos homens efetivos e disponíveis para o combate em terra através da armada dos hoplitas, ou seja, a infantaria ateniense que promoveu a *revolução hoplítica*²⁹. Podemos dizer que o sistema identificado, colocado em prática e em funcionamento, no final do VI a. C., estava relacionado ao processo de desarticulação da armada hoplítica instituída por Pisístrato. No final desse período, a reorganização do corpo cívico, através da reforma territorial, foi acompanhada da rearticulação da armada dos hoplitas.

Entretanto, os antigos *genoi* tradicionais tornaram-se pouco expressivos com fragilidade de participação, pois o termo *genos* adquire uma nova conotação no sentido técnico ao designar uma corporação religiosa e não consanguínea³⁰. Os membros do *genos* reconhecido como *gennetes* ou *homogalactes* eram reconhecidos devido à relação de parentesco, na nova designação, o termo passa a indicar os indivíduos que habitavam uma mesma região formando uma comunidade poliades com santuários e lugares de culto comum.

Diante das controversas, a alternativa nos leva a supor que o modelo de sistema tribal jônio criado do outro lado do Mar Egeu no período do VIII a. C., foi copiado por outras comunidades devido à relação de parentesco real ou fictício formando uma proximidade cultural com *genos* gerador. A introdução do sistema tribal em Atenas, se foi invenção ou imitação a partir da Jônia, não vem ao caso, mas se tornou um processo difícil de estabelecer a sua emergência assim como o possível período do processo de unificação da Ática.

Em relação às reformas de Clístenes, S. Dawson considera que esse não teve por objetivo construir uma ideologia democrática, mas sim resolver problemas sociais de disputa e rivalidade entre facções de famílias aristocratas que buscavam a liderança regional nos últimos anos da tirania dos

²⁹ Ibidem, p.82.

³⁰ Idem.

pisistratidas³¹. A matriz desta vertente parte da *Constituição de Atenas* ao firmar que transformação territorial ocorreu quando os atenienses foram divididos em quatro tribos, foram instituídos os *basileus* seguidos da conformação de um regime que ocorreu na época de Theseu (*Constituição de Atenas*, 41.2). Entretanto, Stuart Dawson considera não haver razão para delimitar o início do *sinoecismo*, tendo em vista que esse foi um fenômeno de construção tardia que ocorreu por relação de parentesco e/ou proximidade geográfica. O autor acrescenta que a variedade de evidência indica que não houve unificação até Pisístrato ter assegurado a tirania³².

Em suma, antes de 570 a. C., segundo Plutarco, Atenas e a Ática continuavam a ser um aglomerado de aldeias muradas, permanecendo regionalmente dividida no período de Sólon a Pisístrato (Plutarco, *Vida de Sólon*, 13.11). A estabilidade da região dependia da coalizão das forças instáveis que repousava nas mãos das famílias de *aristhoi*, embora, Pisistrato tenha forçado o estabelecimento de uma centralização de poder.

Entretanto, com a presença da Boulé dos Quinhentos, acreditamos que podemos afirmar a presença da unificação do território ático efetuado por Clístenes. Charles Hignett na obra *A history of the Athenian constitution to the end of the fifth century B.C*, 1970 considera que o processo de unificação da Ática deve ser compreendido como uma ação política de ratificação do controle político e não como um movimento que visava colocar o *demos* no centro da tomada de decisão.

³¹ Stuart, DAWSON. *Rethinking Athenian Democracy*. Melbourne: Australia, 2006.p.13.

³² Ibidem, p.15.